



O ALVORECER DA MONARQUIA EM ISRAEL

Introdução

O livro dos Juízes descreve um longo período da história de Israel em que o povo viveu sem reis, sob uma forma de organização tribal e confederativa. Cada tribo habitava sua própria porção de terra e gozava de certa autonomia interna; apenas em momentos de perigo comum é que as tribos se uniam para a defesa coletiva. Essa estrutura descentralizada tornava desnecessário um governo centralizado e, ao mesmo tempo, refletia uma convicção religiosa profunda: o verdadeiro rei de Israel era o próprio Deus.

Em tempos de crise, não era um poder humano que se impunha, mas o próprio Deus que suscitava um libertador carismático: os juízes. Os juízes foram homens e mulheres escolhidos para conduzir o povo e restabelecer a liberdade. Assim se preservava a consciência teocrática do poder: Israel não dependia de instituições humanas, mas da intervenção salvífica do Senhor.

1. Duas tentativas frustradas de implantar a Monarquia

Duas passagens do livro dos Juízes revelam tentativas fracassadas de instaurar uma monarquia, à semelhança dos povos vizinhos. Embora não fossem

movimentos de caráter nacional, refletem claramente a mentalidade teocrática e antimonárquica dominante.

Gedeão

O primeiro episódio é o de Gedeão (cf. Jz 8,22-32), pertencente à tribo de Manassés e residente em Efra, uma das regiões centrais das montanhas de Israel. Chamado por Deus em meio a um tempo de grave opressão, Gedeão recebeu a missão de libertar o povo dos madianitas, nômades do deserto que devastavam as colheitas e saqueavam o território israelita. Segundo a tradição, esse episódio situa-se por volta de 1060 a.C., quando a confederação das tribos já apresentava sinais de desorganização interna e vulnerabilidade militar.

A vocação de Gedeão é marcada pela humildade e pela desconfiança de si mesmo: “Minha família é a mais humilde de Manassés, e na casa de meu pai eu sou o menor” (Jz 6,15), mas confia na palavra do Senhor que o envia. Conduzido por esta fé, reúne um pequeno exército de trezentos homens, escolhido por ordem divina para que a vitória não fosse atribuída à força humana, mas ao poder do próprio Deus. Assim, com um grupo pequeno e munido apenas de trombetas, cíntaros e tochas, derrota uma multidão de inimigos armados, como um sinal evidente de que é o próprio Deus quem combate por Israel.

⇒ Gedeão é símbolo de Cristo e seu exército vitorioso é imagem do exército dos mártires que ganharam a batalha em nome de Cristo: “A vitória que Gedeão alcançou naquela batalha era figura do advento do nosso Redentor contra o inimigo antigo As coisas que se realizaram ali, quando mais excedem o uso da peleja tanto mais tem caráter de profecia. [...] Vieram à batalha os nossos mártires, guiados pelo nosso Capitão. Soaram a trombeta pregando; quebraram as vasilhas opondo seus corpos no martírio à lâmina dos seus inimigos; resplandeceram com lâmpadas quando esclareceram os milagres” (Gregório Magno, *Moralia*, 30,25).

A glória da vitória fez de Gedeão uma figura admirada e quase mítica. Reconhecendo seu heroísmo, os israelitas propuseram a ele: “Reina sobre nós, tu, o teu filho e o filho do teu filho” (Jz 8,22). Era a primeira vez que se formulava explicitamente o desejo de uma monarquia hereditária em Israel. Gedeão, porém, discerniu o perigo espiritual dessa proposta e respondeu com firmeza e lucidez: “Nem eu nem meu filho dominaremos sobre vós. O Senhor é quem dominará sobre vós.” (Jz 8,23).

Ao recusar a posição de rei, Gedeão expressa a fidelidade radical ao princípio teocrático de Israel: o poder pertence unicamente a Deus. Sua negativa não é fruto de falsa modéstia, mas de profunda consciência religiosa. Gedeão entende que aceitar a coroa significaria introduzir em Israel uma estrutura política que poderia substituir a soberania divina pela ambição humana. Assim, sua recusa transforma-se num ato de fé e de profecia, lembrando a todas as gerações que a verdadeira realeza em Israel não se funda na espada nem na herança, mas na obediência à vontade do Senhor.

2. Abimelec

O segundo episódio refere-se a Abimelec (cf. Jz 9,1-6), filho de Gedeão, também chamado Jerobaal, com uma concubina cananeia de Gedeão, que morava na cidade de Siquém. Sua origem mista (israelita por parte do pai e cananeia por parte da mãe) já simboliza o conflito de culturas e mentalidades que marcará toda a sua trajetória. Enquanto Gedeão havia recusado o poder por fidelidade a Deus, Abimelec, movido pela ambição e pelo desejo de dominação, buscou instaurar uma realeza pessoal, fundada não sobre a fé, mas sobre a força e a intriga política.

Siquém era uma cidade importante, de população heterogênea e tradição aristocrática. Abimelec soube explorar os laços maternos com os chefes locais e, em nome deles, reivindicou o poder sobre Israel, dizendo: “O que é melhor para vós: que setenta homens, todos filhos de Jerobaal, vos governem, ou que um só vos governe? Lembrai-vos também de que eu sou vosso osso e vossa carne” (Jz 9,2). Com o apoio de seus parentes maternos e com recursos provenientes do templo de Baal-Berit, recrutou um bando de mercenários “vadios e insolentes” (Jz 9,4), com os quais operou um massacre brutal contra seus setenta irmãos, eliminando qualquer possível concorrente ao trono.

Estabeleceu-se então em Siquém e foi proclamado rei. No entanto, sua autoridade se limitava a um pequeno território, e seu reinado foi marcado por intrigas, traições e contínuas revoltas. A violência que o levou ao poder rapidamente se voltou contra ele. Um de seus irmãos, Joatão, escapou do massacre e, do alto do monte Garizim, proclamou um apólogo (pequena narrativa alegórica em que plantas ou coisas falam para ensinar uma moral) no qual denunciava a insensatez de se escolher como rei o espinheiro, símbolo de Abimelec e de todo governo fundado na vaidade e na violência (cf. Jz 9,7-15).

⇒ As fábulas dos escritos sagrados transmitem uma mensagem mediante metáforas e, por isso, devem ser consideradas: “No Livro dos Juízes, as árvores pedem um rei e falam sobre isso com a oliveira, a figueira, a videira e o espinheiro. Tudo isso é uma ficção que mostra a finalidade pretendida e que somente é conseguida quando não se entende a fábula como mentira e sim como uma mensagem cheia de significado” (Agostinho, *Contra a mentira*, 13,28).

A narrativa bíblica mostra que o reinado de Abimelec, datado por volta de 1040 a.C., durou pouco. Sem o apoio das tribos e sustentado apenas por forças mercenárias, ele acabou sendo traído pelos próprios aliados. Durante o cerco a uma torre em Tebes, uma mulher jogou uma pedra de moinho sobre a cabeça, ferindo-o mortalmente. Para a mentalidade da época, era um tipo de morte vergonhosa para um chefe. Então Abimelec pediu ao seu escudeiro que o transpassasse com a espada para parecer que ele tivesse sido morto em combate (cf. Jz 9,50-55). Assim se cumpriu o juízo de Deus: aquele que buscara reinar pela espada pereceu pela mesma espada.

O breve episódio de Abimelec serve como advertência teológica dentro do livro dos Juízes. Mostra que toda tentativa de instaurar um poder monárquico sem referência à vontade divina está destinada ao fracasso. Em contraste com a fidelidade de seu pai Gedeão, Abimelec representa a corrupção do ideal de liderança carismática em mera ambição pessoal. Sua história é o contraponto sombrio do heroísmo do pai: se Gedeão encarna a renúncia que exalta o senhorio de Deus, Abimelec simboliza a usurpação que conduz à ruína.

3. Mudança de mentalidade

Apesar dessas tentativas fracassadas, as constantes pressões externas, especialmente a ameaça crescente dos filisteus, transformaram profundamente a mentalidade israelita. O povo começou a perceber que a antiga organização tribal já não bastava diante de inimigos tão bem armados e disciplinados. A sucessão de derrotas e invasões fez surgir o desejo de uma autoridade central forte, capaz de unificar as tribos sob um comando único. Assim, amadureceu a ideia de que um rei poderoso, com um exército permanente, poderia garantir segurança e vitória. A esperança humana substituiu, aos poucos, a confiança absoluta na intervenção divina.

4. Samuel, preparador da Monarquia

Nesse contexto de vulnerabilidade nacional, surgiu a figura decisiva de Samuel que era sacerdote, profeta e vidente. Ele representa a ponte entre a antiga teocracia tribal e a nova realidade monárquica. Diante do clamor do povo, que desejava “um rei como o das demais nações” (1Sm 8,5), Samuel apresentou o pedido a Deus, consciente de que a motivação do povo mesclava necessidade militar e desejo de prestígio político.

Samuel, porém, não deixou de advertir: o rei traria consigo os riscos do poder absoluto: recrutamentos forçados, trabalhos compulsórios, impostos, luxo da corte e opressão social (cf. 1Sm 8,10-18). O profeta via com clareza que a monarquia poderia se tornar um instrumento de servidão, caso se afastasse da soberania divina.

Mesmo assim, o povo persistiu, e o Senhor respondeu a Samuel: “Escuta a voz deles e faze reinar sobre eles um rei.” (1Sm 8,22). A monarquia, portanto, nasceu não como ideal teológico, mas como concessão divina à fraqueza humana, com uma condição essencial: o rei deveria permanecer submisso à vontade de Deus (cf. 1Sm 12,12.20). Assim, Samuel ungiu Saul como primeiro rei de Israel, inaugurando uma nova etapa da história sagrada, uma história em que a tensão entre o trono e o altar, entre o poder humano e o senhorio de Deus, se tornaria um tema permanente na experiência de fé do povo eleito.

⇒ São Beda vê na relação entre Samuel e Saul uma figura da atuação de João Batista e Jesus: “Levantou-se Saul e saíram os dois, Samuel e Saul, E ‘manifestou a sua glória e os seus discípulos creram nele’ [Jo 2,11]. Saindo juntos, João Batista e Jesus, da contemplação escondida da vontade divina, avançaram para mostrar publicamente a grandeza da sua obra!” (Beda o Venerável, Comentários aos livros de Samuel, 2,9).

Prof. Dr. Pe Marcelo Cervi

BIBLIOGRAFIA:

Bíblia de Jerusalém, São Paulo, Paulus, 2002.

Bíblia Sagrada. Tradução oficial da CNBB, 6^a ed. (2024), Brasília, CNBB, 2025.

Bíblia Sagrada Ave Maria. Edição de Estudos, 3^a ed., São Paulo, Ave Maria, 2012.

- Bíblia. Palavra viva, São Paulo, Paulus, 2022.
- A Bíblia, São Paulo, Paulinas, 2023.
- Bíblia do Peregrino, São Paulo, Paulus, 2002.
- Bíblia. Tradução ecumênica, São Paulo, Loyola, 1994.
- Nova Vulgata. Biblorum sacrorum editio, Editio typica altera, Città del Vaticano, Libreria Editrice Vaticana, 1998.
- AAVV, Dicionário encyclopédico da Bíblia, São Paulo, Loyola – Paulinas – Paulus – Academia Cristã, 2013.
- AAVV, La Biblia comentada por los Padres de la Iglesia. Vol. 4: Josué – Jueces – Rut – 1-2 Samuel. Madrid, Ciudad Nueva, 2005.
- DONNER, H., História de Israel e dos povos vizinhos. v.1: Dos primórdios até a formação do Estado. São Leopoldo, Sinodal, 1997.
- GIL, J. – DOMÍNGUEZ, J., Pórtico da Bíblia. Recursos didáticos para compreender a Bíblia: cronologias, mapas e gráficos de cada livro, Jerusalém, Saxum, 2024.
- HARRINGTON, W., Chave para a Bíblia: a revelação, a promessa, a realização, 7ª ed., São Paulo, Paulus, 2004.
- KONINGS, J., A Bíblia, sua origem e sua leitura. Introdução ao estudo da Bíblia, 8ª reimpr., Petrópolis, Vozes, 2024.
- LIVERANI, M., Para Além da Bíblia: História antiga de Israel, São Paulo, Paulus – Loyola, 2008.
- MEDEIROS, J.M., Panorama da História da Bíblia, 8ª ed., São Paulo, Paulus, 2003.
- REINKE, A.D., Atlas ilustrado da Bíblia, 3ª ed., Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil, 2024.
- REINKE, A.D., Aqueles da Bíblia: história, fé e cultura do povo bíblico de Israel e sua atuação no plano divino, Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil, 2021.
- VAUX, R., Instituições de Israel no Antigo Testamento, São Paulo, Teológica, 2003.
- VON RAD, G., Teologia do Antigo Testamento. Vol.1, 2ª ed., Trad. Francisco Catão, São Paulo, Aste-Targumin, 2006.